



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, realizada em 07 de novembro de 2011, na cidade de Mongaguá/SP.

Realizou-se, no dia 07 de novembro de 2011, às 17 horas, no Centro Cultural Raul Cortez, Avenida São Paulo, nº. 3465, Centro, Mongaguá/SP, a audiência pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado ((Processo SMA Nº. 7094/2000)). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas a todos, de modo especial a Ricardo dos Santos Ferreira, Secretário de Planejamento do Município de Mongaguá; André de Paula, Vereador do Município de Peruíbe; Fábio Eduardo Senari, vinculado à área de planejamento da Prefeitura do Município de Guarujá; José Roberto Calasan, Secretário de Planejamento Urbano do Município de Cubatão; Rui Santos, Vice-Prefeito do Município de Itanhaém; Primeiro Tenente Figueiredo, do Comando Ambiental da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; Adroaldo Vasconcelos, Diretor do Departamento do Comércio e Indústria do Município de Peruíbe; Adil Vaz Vice-Presidente do Conselho Regional do Desenvolvimento Rural e Sustentável da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; Francisco Gazon, Secretário do Desenvolvimento Econômico do Município de Itanhaém; Rolando Revilen, representante do Prefeito do Município de Cubatão; Bechara Abdala Pestana Neves, Secretário de Planejamento do Município de Santos, enfim, a todos os outros representantes de órgãos públicos e de entidades civis, ao pessoal da Secretaria do Meio Ambiente, das organizações não governamentais, entidades ambientalistas, membros do CONSEMA e de outros Colegiados, ou seja, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista. Esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos de licenciamento no sistema de meio ambiente, projetos de zoneamento e outros que envolvessem questões ambientais. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do objetivo do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada do projeto elaborado. Explicou que, imediatamente após, no segundo momento da audiência pública, a palavra é passada aos senhores do plenário, conforme uma ordem de inscrição estabelecida pelo próprio CONSEMA. Em primeiro lugar pronuncia-se o Ministério Público, com direito de até cinco minutos para cada representante. Na sequência, falam os representantes de entidades civis, com até cinco minutos, seguidos por cidadãos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que não representem nem órgãos públicos nem entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos das esferas federal, estadual e municipal, em até cinco minutos de fala; subsequentemente, falam os representantes do CONSEMA e dos CONDEMAS que se inscreveram, com direito também a cinco minutos cada um. Em seguida, acrescentou, a palavra é passada aos representantes do Poder Executivo e Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. No terceiro e último momento da audiência, explicou, ocorrem as réplicas de respostas e comentários, etapa na qual o coordenador do trabalho, assim como a pessoa que fez a apresentação mais detalhada da proposta, tem até 15 minutos cada para responder o que lhes tenham sido perguntado ou comentar o que entender pertinente. Por fim, aos conselheiros do CONSEMA são concedidos até 10 minutos para pronunciamento. Para composição da mesa, chamou a representante da área responsável pela proposta em discussão, a coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Nerea Massini, e o conselheiro Antonio César Simão, representante da Associação Paulista dos Municípios no CONSEMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os responsáveis pela elaboração da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico, com apresentação da síntese de como o trabalho está configurado. Nerea Massini contextualizou o trabalho elaborado pelo Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista e explanou sobre os instrumentos normativos que serviram de base para construção do proposta, como a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Situou os setores costeiros do estado e detalhou os instrumentos do Plano Estadual, com ênfase ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que trata de normas disciplinadoras para ocupação do solo e uso dos recursos naturais. Ressaltou a forma participativa do processo de elaboração da proposta de ZEE e citou o decreto estadual que institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação, assim como a Resolução SMA assinada em 2010 pelo Secretário Bruno Covas, que designou um grupo de trabalho para o biênio 2010/2012. Apresentou uma tabela com todas as 27 representações instituídas pela referida Resolução, que compreende nove representações do segmento do estado, nove dos municípios e nove da sociedade civil. Na sequência, Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira, Secretário-Executivo do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro da Baixada Santista se pronunciou a respeito da proposta de ZEE. Ele caracterizou a Região Metropolitana da Baixada Santista com dados sobre densidade populacional, nível educacional, oferta de emprego, grau de preservação da biodiversidade, etc. Apresentou gráficos que demonstram projeções de investimentos na região, assim como os cenários previstos, levando-se em consideração dois grandes vetores de desenvolvimento representados pela expansão do Porto de Santos e pela exploração dos novos poços do pré-sal. Citou dados da Avaliação Ambiental Estratégica do Porto, Indústria Naval e *Offshore* (PINO), elaborado por um conjunto de Secretarias de Estado de São Paulo e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujo resultado foi objeto de deliberação no CONSEMA no início de 2011. Informou que o Grupo Setorial procurou trabalhar de forma a desenvolver um ZEE que servisse de ferramenta para o desenvolvimento da região, sem que esse pudesse prejudicar a biodiversidade, a paisagem, os serviços ambientais e a qualidade de vida da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Baixada Santista. Retomou o processo de gerenciamento costeiro da região e apresentou uma linha do tempo a partir de 2009, ano em quem a proposta de ZEE apresentada ao CONSEMA não foi aprovada integralmente e destaques foram feitos para serem analisados por uma comissão especial. Explicou que, naquele mesmo ano, o Secretário de Meio Ambiente entendeu ser mais prudente a reanálise do trabalho pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental, em função dos novos cenários que estavam se desenhando na região, e uma mensagem com sua decisão foi passada aos conselheiros. Lembrou que a CPLA retomou a condução do processo e, fazendo isso, trouxe-o de volta à condução do grupo setorial. Explanou sobre a proposta de ZEE que abrange dois documentos, sendo o primeiro a minuta de decreto e o segundo, um mapa. Esclareceu a divisão dos artigos no decreto e todas as tipologias de zona, da mais restritiva a mais permissiva, de modo a ilustrar suas características, diretrizes, usos e atividades permitidas, além das respectivas metas. Por fim, enfatizou que o ZEE é um instrumento de organização do uso econômico do território, o qual não poderia ser confundido com um documento de permissão do uso do solo, tendo em vista a existência de outras normas que abordam o tema. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Wbiratan Ribeiro Maia, representante da Sociedade Melhoramentos do Jardim Nova República de Cubatão, manifestou-se favoravelmente ao trabalho exposto e lembrou os casos envolvendo prefeitos e empresários processados pela Justiça por invasão de áreas que foram destinadas a projetos habitacionais à população. Criticou a demora para conclusão do ZEE e a falta de reconhecimento por parte do Estado e Município perante as organizações civis organizadas, que têm carência de recursos para participação em encontros e outros eventos. Solicitou mais atenção e oportunidade à sociedade civil, para que essa possa ter seu papel valorizado. Plínio Melo, representante da entidade ambientalista Mongue – Proteção ao Sistema, observou que os senhores prefeitos e outras pessoas que foram processadas por permitir a execução de obras em locais não permitidos fizeram de livre e espontânea vontade, porque a legislação, inclusive o Código Florestal, existem desde 1965. Argumentou que hoje ele e os moradores tradicionais que representa se encontra presente para pedir ao Governo do Estado de São Paulo que apenas cumpra a lei. Acrescentou que ele e os moradores tradicionais pedem o zoneamento, e que, portanto, nem as organizações não governamentais nem o setor ambientalista são contrários ao crescimento. Argumentou que fazem parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente–CONSEMA representantes do movimento ambientalista. Enfatizou que esse processo foi discutido durante anos e anos e já está aprovado, e o que os moradores cobram agora é que o Estado obedeça. Declarou que apresentou duas emendas. Declarou também que a Prefeita do Município de Peruíbe criou quatro parques municipais, ou seja, quatro unidades de conservação, e que cabe ao zoneamento costeiro respeitar a vontade do município e transformar essas áreas em Z1P – inclusive, acrescentou, estão anexados os números dos decretos que criaram essas unidades de conservação, e elas devem ser respeitadas. Enfatizou que o Governo do Estado de São Paulo criou o gerenciamento costeiro, leis de proteção ao meio ambiente, mas não cumpre a legislação, ou seja, cria unidades de conservação que não têm plano de manejo, que não têm demarcação, que não têm delimitação e que são dirigidas por pessoas despreparadas e desqualificadas para o cargo. Declarou que poderia citar inúmeros exemplos de funcionários do Estado que descumprem a lei criada pelo próprio Estado e nada acontece. Reiterou que inúmeros exemplos foram registrados e que esperava de sua consciência, de coração, que esse zoneamento costeiro, que tanto tempo consumiu da sociedade civil, que tanto dinheiro consumiu dos cofres públicos, fosse obedecido pelo Estado; em outras palavras, que o Estado obedecesse às leis existentes no país; que o Estado de São Paulo não continuasse funcionando como um Estado de exceção, que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

cria, para cada caso, uma resolução, de acordo com o interesse pessoal, particular, financeiro ou político. Enfatizou que, felizmente, se voltou atrás com o primeiro zoneamento, que era apenas um Zoneamento Econômico, e se passou a contemplar também as áreas de preservação, passando o zoneamento a ter uma abrangência ecológica. Lembrou ter sido a procuradora Silvia Helena quem brilhantemente falou aos senhores responsáveis pelo gerenciamento costeiro que o governador não assinaria nada ilegal, nada que fosse contrário à lei. Reivindicou que se o Código Florestal, que se obedecesse à legislação sobre a mata atlântica, e não se colocassem empreendimentos em cima de áreas de manguezal. Lembrou que o manguezal é uma área protegida, e não permite que nela sejam construídos empreendimentos para expansão portuária, industrial e do pré-sal. Lembrou que cabe à população cobrar à exaustão que o Estado cumpra as leis que ele mesmo cria. Enfatizou que o Zoneamento Costeiro pode, sim, se tornar uma ferramenta para a proteção ambiental, para a proteção social, para a proteção da biodiversidade e também para a proteção sócio-econômica das populações desfavorecidas. Enfatizou que é preciso obedecer os princípios legais, a Constituição Federal, ao Código Florestal, as Leis de Crimes Ambientais, a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC e, em especial, o Estatuto das Cidades, mais precisamente seu artigo 4º, que estabelece que os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social são ferramentas para o ordenamento legal. Retorquiu que esta é a vocação que tem o plano que ora se discute e que basta apenas que o Estado, o Governo do Estado de São Paulo obedeça à lei que ele mesmo cria. José Santos Silva Júnior, presidente da ADDUSP de Cubatão, elogiou inicialmente a apresentação feita, e lamentou que, infelizmente, não tenha sido possível adentrar em todos os detalhes do projeto, ou seja, tratar das minúcias que dele constam, mas lembrou que ele pode ser consultado, pois se encontra disponível nos locais indicados pelo edital. Lembrou que, desde 1998 até os dias de hoje, a Baixada Santista esteve quase engessada, porque não dispunha de ordenamentos – nem mesmo do seu espaço físico – que determinassem onde se poderia desenvolver essa ou aquela atividade. Retorquiu que nada ficou claro na explanação feita pelo presidente do grupo gestor, mas de uma coisa estava certo: a proposta não ia de encontro a nenhuma legislação ambiental existente. Acrescentou que os órgãos que têm competência para fiscalizar continuarão com as mesmas atribuições, e que, obrigatoriamente, a sociedade civil deverá dar crédito à comissão que elaborou esse projeto, uma vez que nada se tinha desde 1998, ou seja, nada se tinha há treze anos, pois as definições e os projetos de interesse da Baixada Santista dormiam nas gavetas de alguns órgãos. Lembrou que, como declarou o Senhor Ubitaran Maia, agora se tinha um norte, que encorajava o investidor, porque este já sabia onde não poderia investir, porque, se o fizesse, teria prejuízos. Lembrou que também os prefeitos agora possuíam um instrumento para trabalhar com mais responsabilidade, os quais contribuiriam também para tornar esclarecer as propostas do Governo. Lembrou que a sociedade civil tem consciência dos efeitos da expansão populacional que já ocorreu e ocorrerá nos próximos dez anos – pois há pouco foi divulgado que o Planeta Terra suporta atualmente 7 bilhões de habitantes –, e que na Baixada Santista a população talvez dobre nos próximos dez anos. Referiu às informações oferecidas pelo presidente do conselho gestor sobre o grande número de imóveis desocupados, embora esses dados não correspondessem à realidade da expansão populacional e urbana, uma vez que esta ocorre principalmente nas classes menos favorecidas, que, talvez, por falta de esclarecimento, invadem os mangues, as áreas de preservação, e os governos têm dificuldades de removê-las, diferentemente das classes mais favorecidas, que têm poder de compra. Ao finalizar enfatizou que, para a sociedade civil, essa proposta vem pôr um termo na incerteza que sempre perdurou na Baixada Santista, e isso porque se passa a ter um norte a seguir



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

e que pode ser um instrumento com base no qual se pode cobrar a efetiva implantação desse zoneamento. Carlos Ferreira Silva, delegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, referiu-se inicialmente à expansão populacional que ocorrerá no Estado de São Paulo nos próximos dez anos, porque, como foi dito, só a população da Baixada Santista aumentará cerca de 1 milhão de pessoas. Enfatizou que o Município de Mongaguá insere-se nesse contexto e que o conselho do qual faz parte já convencionou os limites que a expansão urbana deverá alcançar nesse Município, e está se esforçando para que esses limites se tornem lei. Lembrou também que os corretores de imóveis hoje defendem a proposta apresentada pela prefeitura criando as Z4 e Z5, nas quais serão implantados os loteamentos que estão adormecidos e que podem oferecer compensação ambiental. Enfatizou que o Conselho Regional de Corredores defende a expansão urbana em Mongaguá, desde que seja possível conciliar esse crescimento com a questão ambiental. José Antônio Barbosa, representante da Associação de Desempregados de Cubatão, depois de declarar ser favorável ao projeto, enfatizou que a entidade que representa sempre defendeu o ponto de vista de que devem ser dadas oportunidades de emprego aos mais jovens. Protestou contra o grande número de emendas ofertadas aos deputados da região e contra a falta de empenho dos prefeitos de gerar emprego para a população, e citou o exemplo do CEASA de Cubatão, que só existe no papel e que a população está muito descontente com essa situação. Flávio Damasceno de Amorim, presidente da entidade Recuperação dos Mangues, depois de lamentar a ausência de representantes do movimento ambientalista, perguntou se efetivamente já foram aprovadas as legislações e, em caso positivo, por que até agora não foram implantados os projetos, entre outros a implantação de uma universidade federal. Reconheceu a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico, por ser de grande valia para os nove municípios da região, cuja demanda, principalmente por conta das atividades de exploração do pré-sal, o Município não tem condição de fiscalizar. Enfatizou a necessidade de se implementar na região o desenvolvimento sustentável, que gera emprego, creche, educação, saúde e o incremento da economia. Referiu à desocupação das áreas de Cubatão que foram invadidas, e que cento e sessenta das famílias que aí residiam foram realocadas nos Municípios de Praia Grande e Itanhaém, e, para que esses Municípios possam atender esse aumento das demandas, tem de se triplicar o número de escolas, de postos de saúde, enfim ampliar a infraestrutura existente nesses Municípios e fiscalizar o funcionamento de todos esses equipamentos. Nilvando Almeida Pereira, representante do Internacional Futebol Clube de Cubatão, declarou-se favorável à proposta apresentada pelo grupo de gestor. Referiu que o porto tem de ser construído no Município de Santos, e não em São Paulo, até mesmo para solucionar o problema do desemprego. Enfatizou que é o Poder Público que exercerá o cumprimento do zoneamento, ou seja, que fiscalizará, e que, para tanto, contará com o avanço da tecnologia. Declarou mais uma vez que era favorável ao projeto, porque a Baixada Santista precisa crescer, mas, como foi dito, há vários projetos para os Municípios de Praia Grande e Cubatão que estão engavetados, embora a população da região precisa se desenvolver e, para tanto, ter oportunidades. Sammy Regina Ribeiro, representante da Associação de Moradores do Jardim Samambaia de Praia Grande, declarou que compareceu à reunião para defender as comunidades carentes que atualmente sofrem por falta de moradia, esgoto, escola, creche, hospitais. Argumentou que não adianta falar em crescimento e, ao mesmo tempo, dizer que não pode desmatar, porque quando se cresce tem de desmatar a área que é reservada para a população. Referiu que se está em uma época do pré-sal, que há projeto de se implantar faculdade, indústrias sustentáveis que não poluam, mas a construção desses equipamentos torna necessário o desmatamento. Lembrou que estava falando em nome da população de Praia Grande, Santos, São Vicente, Guarujá e Itanhaém,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que não quer que suas cidades se tornem cidades-dormitórios, mas, sim, cidades que crescem, pois elas têm capacidade para tanto. Argumentou que Santos, por exemplo, é uma cidade grande, mas precisa de hospitais, de hotéis, escolas e de aeroporto, e que, sem esses equipamentos, ela não tem como sustentar a demanda que será ampliada em decorrência do grande número de pessoas que se instalará no Município. Acrescentou que um tempo significativo é necessário para poder construir todos esses equipamentos, porque são necessárias as licenças, motivo por que pede ajuda das pessoas de bom senso para que reconheçam que, de fato, o crescimento do litoral é necessário, mas não se pode crescer tanto e de uma só vez agora em 2011, época de expansão mundial. Referiu que o Brasil constitui atualmente um pólo de desenvolvimento, que tem atraído milhares de pessoas de vários países. Referiu que se tem de desenvolver e que se constitui um discurso burguês e inócuo dizer que não se pode desmatar, que não se pode invadir áreas de forma irregular e indiscriminadas para nelas construir favelas, sem creche, sem escola, sem policiamento e sem zoneamento. Concluiu afirmando ser uma responsabilidade sua comparecer à audiência para fazer esse protesto. Rosa Maria do Vale Gabriel, representante da Associação Filantrópica Formigueiro de Praia Grande, declarou que sua manifestação já se encontra contemplada por aquelas que a antecederam. Declarou que concordava com o depoimento sobre o descaso das autoridades com a sociedade civil, que essa atitude deveria ser revista, que é imprescindível que se criem postos de trabalho, que sejam dadas permissões de instalação às empresas que pretendem implantar unidades suas nos Municípios de Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, pois é muito desgastante, dormir nessas cidades e deslocar-se diariamente a São Paulo para trabalhar. Vicente Domenico, representante da Cooperativa de Catadores de Mongaguá, reiterou a proposta defendida pela Administração Pública de Mongaguá junto ao grupo de trabalho responsável pelo zoneamento de serem criadas as Zonas 1 e 2 e a Cota 25. Referiu que as terras onde existiam plantações de banana, agricultura de subsistência, pessoas que socioeconomicamente dela sobreviviam foram preservadas pelo zoneamento compatível, que deve tornar-se lei. Alertou para o fato de a quantidade de peixes está diminuindo cada vez mais, uma vez que não se delimitou ainda a potência das embarcações. Argumentou que não adianta pregar a preservação do mar, se essa medida não for adotada. Fernando Gonçalves, vinculado à Colônia de Pescadores de Mongaguá, elogiou a participação da sociedade civil no processo de elaboração e de discussão do zoneamento, uma vez que foram ouvidas as bases, os produtores rurais, os pescadores. Declarou que compareceu à audiência para encaminhar proposta relacionada com o zoneamento marinho da parte do Z2M. Esclareceu que teve a oportunidade de participar de algumas discussões de trabalho, em cujo contexto surgiu o posicionamento de que se deveria limitar e normatizar os equipamentos de pesca das embarcações, principalmente no que concernia ao seu tamanho, à potência de seus motores e a sua inserção na APA Marinha. Reiterou a importância de que essa proposta fosse englobada nas discussões do gerenciamento costeiro, que era uma ótima oportunidade, e que, com base em seus elementos, fossem elaboradas políticas públicas de ordenamento da pesca. Acrescentou que, como tinha atuação na área rural de Mongaguá, precisava saber como se deu o processo de zoneamento das áreas rurais, ou seja, se elas foram delimitadas de forma prudente. Adesimar de Lima Santos, representante da entidade Cubatão de Bem com o Mangue, declarou ser favorável ao Zoneamento Ecológico-Econômico, uma vez que ele atende a nossa visão de crescimento e de sustentabilidade ambiental. Indagou se os presentes já haviam visto a propaganda em que um pássaro está pegando fogo e, mesmo assim, com seu baldinho de água vai apagando o fogo. Chega um outro pássaro que lhe diz: “você está sozinho, e não conseguir apagar todo o fogo”. Argumento que, mesmo assim, se cada pessoa tiver consciência de que depende do meio ambiente e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

procede corretamente de acordo com essa consciência, tem certeza de que a sustentação e a ordenação prevalecerão. Jorge Penha, representante da Associação dos Corretores de Imóvel de Itanhaém, declarou que em nome de algumas entidades reivindicava fossem feitas algumas modificações na Z5. Asseverou que era portador de abaixo-assinado que será entregue ao presidente do Conselho Gestor. Justificou o pedido de modificação no fato de o Município de Itanhaém apresentar crescimento da população jovem, em torno de 2 mil , os quais necessitam entrar no mercado de trabalho. Reiterou tratar-se de alteração que contribuirá para o crescimento do Município sem prejudicar seu processo de desenvolvimento, que é complexo, como pôde observar na reunião realizada em Itanhaém, quando, só depois de muito trabalho, se chegou a um resultado. Declarou que se concentram nesse Município 90% de todas as áreas protegidas da Baixada Santista, fator este que deixa engessado o Município de Itanhaém. Referiu que o problema econômico-social é grave na Baixada Santista, principalmente em decorrência do intenso fenômeno de migração verificado nos últimos anos e que é motivado pela busca de trabalho. A população, atraída pelas atividades do pré-sal, acorre ao Município, fenômeno este que, por outro lado, acarreta problemas para a Administração Pública, que sofre com o aumento da demanda e com o crescimento do número de desempregados. Reiterou ser este um dos motivos que sustentam a reivindicação de se ampliar as áreas para atividades industriais, sem que com isso seja aumentado o impacto a ser causado no meio ambiente. Francisco Falsetti, vinculado ao Conselho de Pastores de Itanhaém, reiterou o ponto de vista exposto por alguns manifestantes que o antecederam em relação ao desemprego. Denunciou a invasão de áreas protegidas e enfatizou que, se não for implementado o zoneamento, ou seja, se não forem implementadas diretrizes, só aumentarão as demandas por habitação, escolas, creches e hospitais. Referiu a projeções sobre o aumento de pessoas que chegarão à Baixada Santista, com o objetivo de nela fixar residências, mesmo sem o Município ter condições de aumentar o número de creches, escolas e hospitais nem implantar escolas de nível superior. Por isso, acrescentou, ele conclui sua manifestação com a seguinte pergunta: onde estão as faculdades, as escolas e creches necessárias para atender esse aumento da população? Rosália Coutinho Souto, representante da Associação Ecológica do Litoral Paulista e Cubatão, depois de manifestar seu apoio ao trabalho realizado pelo grupo setorial responsável pelo zoneamento, expôs seu ponto de vista segundo o qual a Baixada Santista precisa crescer mais para atender às necessidades da sua população e à implementação do crescimento sustentado. Maria José Marques Santana Spindola, representante da Associação de Melhoramentos Vila São José de Cubatão, declarou que, com a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, se passará a ter à disposição um instrumento legal que regulamenta a ocupação do solo de forma ordenada, possibilitando o planejamento urbano para atender à expansão demográfica, sem prejuízo da questão ambiental. Ao concluir, declarou seu apoio à proposta formulada Grupo Setorial da Baixada Santista. Ana Hanae Yamauty, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Município de Praia Grande, declarou que, na condição de profissional da área tecnológica do Município de Praia Grande da Baixada Santista, ficava muito envaidecida com a presença dos representantes da Sociedade Civil de Melhoramentos na audiência. Observou que era elevado o grau de informação e de instrução das pessoas que se manifestaram, e que, como várias pessoas que a antecederam, também concordava com o desenvolvimento do Município e da Baixada Santista, porque, depois de treze anos, de muito estudo e de muitas reuniões, não podia contradizer o trabalho realizado. Marcelo Toshio Ogawa, membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Monguaguá, declarou que, em nome desse conselho e, também, na condição de piscicultor aqui na região, manifestava-se parecer favorável a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

essas discussões. Observou que não existem condições para que os produtores da zona rural do litoral sul trabalhem de forma diferente, pois até hoje eles o fazem de modo sustentável, implementando a economia solidária, com a realização, por exemplo, do turismo rural pedagógico. Observou que a base dessa ação era comunitária, como era o caso do Projeto do Lambari, que é um peixe natural da região. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Cassandra Roberto Domingos de Oliveira deu parabéns ao grupo setorial pelo trabalho realizado, após o que declarou que, como munícipe e moradora do Município de Praia Grande, achava extremamente importante essa discussão. Lembrou que já existe estudo que demonstra que a população de Praia Grande dobrará até 2018, chegando a ter 700 mil pessoas. Referiu também que existe o projeto de se construir um aeroporto que se localizará próximo da rodovia, e que esse equipamento criará, em média, de 20 a 30 mil empregos. Observou também ser impossível atualmente congelar-se espaço, e que, se as prefeituras adotarem essa atitude, ninguém mais poderá se transferir para o Município e, portanto, não haverá aumento de habitantes. A seu ver, ponderou, não se deve preocupar tão somente com o problema ambiental, pois deve preocupar-se também com o problema social, com a violência, porque, se não houver emprego, se não houver possibilidade de crescimento, a população não terá saída e fatalmente virá morar na Baixada Santista, pessoas de outros Estados, diferentemente do que ora acontece, quando quem se transfere para cá são as pessoas mais velhas da família depois que se aposentam, e que essas pessoas procuram o litoral para morar. Observou que elas vêm sozinhas, sem filhos nem netos, e que, se não vierem para cá, não haverá sustentação para elas. Manifestou sua concordância com o posicionamento de não se dar carta aberta para o desmatamento, mas somente um norte para que se possa discutir onde podem ser construídos determinados equipamentos, residências, indústrias etc. Tampouco, acrescentou, se passará por cima de qualquer legislação, seja ela federal, estadual ou municipal. Lembrou aos ambientalistas que toda luta pela conservação do meio ambiente era válida, mas eles deveriam ter uma atitude mais coerente e juntar-se aos técnicos envolvidos com o zoneamento e oferecer-lhes alternativas, como, por exemplo, para promoção do turismo ecológico e para que a população tenha ganho usando a natureza, sem destruí-la. Teo Baleeiro deu seu depoimento como participante do Grupo Setorial nas reuniões do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista. Declarou que trabalhava em Bertioxa, onde tentou entrar em contato com os representantes desse grupo, ao qual apresentou suas propostas. Referiu que considera válido e legítimo o trabalho realizado, apesar das divergências. Advertiu que a sugestão que apresentou ao grupo se apoiava na experiência que teve no Litoral Norte, quando da elaboração da Minuta do Decreto Estadual 49.215 de 2004, que vinha sendo aperfeiçoado. Observou que sua sugestão é que, através do sistema de informações e da equipe técnica hoje mobilizada, sejam equipadas todas as prefeituras por um sistema de geoprocessamento para que trabalhem com os mesmos recursos, ou seja, com os mesmos programas, com os mesmos dados, com o mesmo sistema de informações e mapas, estes últimos na escala de 1:50.000, que o torna mais detalhado. Essa uniformização tem como intuito evitar os equívocos e divergências acerca da delimitação de cada zona, criar-se uma base integrada e se dirimirem as indefinições que costumeiramente ocorrem durante o processo de licenciamento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Odil Vasquez, Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, depois de declarar que trabalhava com o Zoneamento Ecológico-Econômico há mais de dez anos, observou, inicialmente, que a zona rural da Baixada Santista não praticava o agronegócio, mas, de maneira muito pontual, a eterna sustentabilidade. Acrescentou que foi essa zona que protegeu a Serra do Mar durante muitos anos, como comprova o fato de Itanhaém ser atualmente o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

maior fornecedor de água para a Baixada Santista. Lembrou que a área urbana é a parte mais difícil do Litoral, porque coexiste nela uma série de conflitos acerca de várias coisas. Declarou que, se não se atentar para esse detalhe, se não se atentar para uma definição melhor do mosaico, em termos de escala, ocorrerão ainda muitos conflitos, até mesmo no mosaico. Referiu a alguns mecanismos que podem ocorrer quando se englobam determinadas áreas dentro de determinadas zonas, como a Z2, Z3, Z4, e deixa –se uma área de preservação, que, por sua vez, engloba outra área onde se poderá ter maiores possibilidades de investimento, tornando essa área se muito suscetível a ocorrências de invasão. Talvez se tivesse, acrescentou, de estudar mais e ver melhor como se poderia delimitar sem dar lugar a essas indefinições, como, por exemplo, se a área é ou não zona rural, se é uma zona intermediária entre a zona rural e a urbana, se ela está preservada ou se está-se tornando preservada. Lembrou que ficaria muito difícil para o Município controlar, motivo por que considera importante que se analise o mosaico sobre esses aspectos. Declarou ter verificado que alguns pontos em Itanhaém, em Mongaguá e em Peruíbe terão de ser analisados em virtude de seu isolamento e, algumas vezes, de sua localização, como, por exemplo, nas proximidades de uma mineração ou de um parque industrial de baixo impacto. Enfatizou que são necessárias algumas providências para que não se reedite na Baixada Santista a situação de Macaé, cujas condições há algum tempo não eram analisadas, mas, com o início das atividades de exploração do pré-sal, uma atenção especial deve lhe ser dispensada. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Cristiano Rhter, vinculado à FUNAI da Baixada Santista, depois de ponderar que a instituição que representa tinha como missão a proteção das áreas e dos povos indígenas e que nenhum gerenciamento autoriza qualquer empreendimento em desacordo com a lei ambiental e indígena, motivo por que não vingou a expectativa criada no Município de Iperuibe há algum tempo atrás. Enfatizou que também é necessário lembrar que nada foi feito pelo fato de estar em desacordo coma legislação indígena e ambiental, um vez que o entorno das terras indígenas, numa distância de 10 km, as áreas são também protegidas, e qualquer empreendimento que nele interferir será contestado. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Bechara Abdalla, Secretário de Planejamento do Município de Santos, declarou que teve oportunidade de trabalhar no primeiro Grupo Setorial do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, em 1988, e que, nesse momento estratégico de finalização do trabalho que se desenvolveu ao longo de todo este tempo, ele se reencontra com o grupo. Teceu comentários sobre a seriedade com que os representantes das prefeituras municipais e da sociedade civil que participara do grupo trataram esse trabalho, principalmente nesse cenário de desenvolvimento, quando ganha maior importância se encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de se preservar essa região, que possui enormes fragilidades ambientais, e promover seu desenvolvimento. Enfatizou que a implementação do processo de desenvolvimento sustentável para toda a região constitui realmente uma missão importante que o grupo setorial conseguiu realizar com muita competência. Referiu também à capacidade do funcionário Luiz Roberto de sintetizar de informações muito importantes que foram por ele ampla e profundamente analisadas. Declarou que precisava oferecer dois esclarecimentos: primeiro, que o gerenciamento costeiro não pode, em hipótese alguma, ferir legislações ambientais existentes, principalmente porque ele não altera nem modifica nem revoga nenhuma legislação ambiental, mas constitui simplesmente um instrumento de planejamento, não podendo tampouco ser confundido com a compilação e a junção de todas as normas existentes na área ambiental. Em segundo lugar, que esse documento não realiza o licenciamento ambiental, mas indica onde determinados empreendimentos podem ser implantados e define as regiões onde deverão ser



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

licenciados. Ao finalizar declarou que o produto a que se chegou alcançou o equilíbrio entre a necessidade de preservar e a necessidade de desenvolver a região, com muita consciência e responsabilidade. Parabenizou mais uma vez o Grupo Setorial e o Governo do Estado pela conclusão de uma etapa extremamente importante do trabalho. Rui Santos, Vice-Prefeito do Município de Itanhaém, ofereceu uma síntese dos trabalhos realizados pelo Grupo Setorial e suas decorrências para a cidade, tornando-a muito restrita, e que, nesse contexto, participou, juntamente com várias entidades da região, de uma audiência pública. Lembrou que sua preocupação era que fosse travado o crescimento da cidade, principalmente agora, com a exploração do pré-sal, quando existe efetivamente a oportunidade real de gerar emprego e renda. Lembrou das reuniões realizadas com entidades com o objetivo de enviar para o grupo setorial uma proposta concreta, que alterava muito pouco os índices de preservação e de expansão urbana, e que, acompanhada de abaixo-assinado, ela seria entregue por ocasião da última audiência. Lembrou que essa proposta se endereçava em duas frentes, uma que dizia respeito à área do Parque da Xuxa, onde um empreendedor pretende instalar uma zona de negócios especiais de baixo impacto, para acompanhar e suprir as necessidades surgidas das atividades do pré-sal, proposta esta que já foi encaminhada ao Secretário de Estado do Meio Ambiente Bruno Covas. Esclareceu que a outra proposta consiste em promover pequenas alterações na Z5, ou seja, estabelecer permissão de passagem para ela, porque justamente são nas estradas vicinais onde se tem maior possibilidade de implantar negócios, empresas comerciais, não se desejando que se tornem ambientalmente protegidas, dado que também se pretende promover o crescimento econômico da cidade, como já foi falado. Argumentou que não adiantava preservar muito, principalmente as áreas em cuja direção se pretende crescer e sobre as quais a prefeitura tem controle e domínio de fiscalização. Admoestou que, se tornar protegidas áreas onde parte de alguns loteamentos já foi parcialmente aprovada e implantada e essas áreas poderão ser invadidas, embora os proprietários paguem seus impostos. Lembrou que era pequeno o efetivo da Polícia Militar Ambiental da região, sendo impossível exercer o pleno controle, principalmente porque existem muitas invasões em andamento. Lembrou que por essas razões se pretendia tornar essa área uma Z5 especial, de modo a se reconhecer o direito adquirido de seus proprietários de construir nesses loteamentos, pois, caso eles não possam exercer esse direito, ou seja, se não conseguirem edificar em seus terrenos, eles, mais tarde, pedirão indenização às prefeituras. Em contrapartida, observou, existem áreas mais acima, nas cotas da serra, que podem fazer parte da Z4. Lembrou que essas propostas serão encaminhadas e que estão sendo mobilizados os setores organizados da sociedade civil de Itanhaém, colhendo-se as assinaturas das associações e das entidades representativas, com vistas a se apresentar ao grupo setorial uma proposta mais flexível na direção de se favorecer a expansão urbana do Município, pois, caso contrário, seria injusto com a cidade de Itanhaém, que possui a maior área preservada da Baixada Santista, ter um pequeno percentual para o crescimento urbano, em torno de 6.7%. Sem a ampliação desse percentual, esclareceu, se estaria travando totalmente o crescimento da cidade e, sobretudo, a possibilidade de se oferecer um melhor futuro no que concerne à geração de empregos e renda para a população. Mais ainda, acrescentou, se estaria fadando o Município a ser ocupado por favelas oriundas de invasões. Enfatizou que se preocupava muito a questão das parelhas que vinham do Estado de Santa Catarina para o Litoral de São Paulo, as quais promoviam arrastos, destruindo a possibilidade de procriação dos peixes no Estado de São Paulo. Para coibir esse abuso, declarou, sugeria que o CONSEMA pleiteasse à Secretaria de Estado de Segurança Pública e ao próprio Governo a criação de uma polícia marítima mais efetiva para conter esse problema, e atribuísse competência à Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

competência para monitorar a colocação de redes no rio, que é a entrada dos peixes para desova. Passou-se à etapa das réplicas. Nerea Massini, Coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental agradeceu os depoimentos, as contribuições, e declarou que todas elas serão levadas ao Grupo Setorial de Coordenação Estadual que se reunirá em uma ou duas oportunidades para discutilas. Luiz Roberto ofereceu os seguintes esclarecimentos. Em primeiro lugar, que no que concernia à delimitação, normatização, do Zoneamento Marinho, se realizou um trabalho conjunto com o Conselho de Gestor da APA Marinha do Litoral Centro. Tratou-se de tarefa importante trazer para esse conselho as impressões dos pescadores, não só artesanais, mas também industriais e armadores, ou seja, trazer para o bojo das discussões os pontos de vista desses profissionais da pesca. Reconheceu que esses subsídios foram muito importantes e resultaram de um processo de discussão ampla e participativa. Em relação ao posicionamento do representante da FUNAI acerca das áreas indígenas, estas, inclusive as que encontram-se em processo de demarcação, estão na categoria de unidade de proteção integral. Antônio César Simão, representante do CONSEMA, comentou ter sido muito rica a participação de todos e declarou que ficou contente por ter participado dessa audiência e que participará das outras duas. Observou que o Bechara Abdalla que foi muito feliz na sua colocação de que, com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico não está sendo criada nenhuma nova lei, elas só estão sendo reorganizadas, na perspectiva das novas exigências da sociedade, que está impondo um modelo de progresso que eleve em conta a preservação ambiental. O Secretário-Executivo declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência e que toda pessoa interessada em aprimorar o projeto tinha o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da realização da última audiência, que acontecerá no próximo 17 de novembro, para encaminhar sua contribuição para a caixa postal lroliveira@sp.gov.br, a qual será analisada e juntada ao processo. Agradeceu a participação de todos os que compareceram e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Rosana Maria Henrique, bióloga alocada no Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.